

SOFRIMENTOS SOCIAIS EM DEBATE

Teresa Cristina Carreteiro¹
Universidade Federal Fluminense

Este texto analisa algumas dimensões do sofrimento social (humilhação, vergonha, falta de reconhecimento) vividas por adolescentes de categorias subalternizadas e os efeitos gerados nos contextos comunitário, grupal e social. A hipótese desenvolvida é a de que o sofrimento social não tem visibilidade: ele se inscreve no interior das subjetividades sem, no entanto, ser compartilhado coletivamente. Na última parte do texto são analisadas possíveis formas de intervenção junto a instituições e a organizações, objetivando criar trabalhos que atuem sobre as violências simbólicas, geradoras de sentimentos que desqualificam os sujeitos.

Descritores: Humilhação. Adolescência. Visibilidade. Violência.

Transformações sócio-culturais contemporâneas

As últimas décadas geraram mudanças sociais muito aceleradas. Estas têm criado ou exacerbado modelos que dramatizam várias formas de dualização (Bauman, 2003), tais como o enfraquecimento dos coletivos institucionalizados, o culto excessivo ao individualismo e a novas formas de exclusão.

Seguindo trabalhos de orientação psicossociológica (Aubert & Gaulejac, 1991), tem-nos parecido que nas sociedades contemporâneas há dois imaginários prevalentes: o da excelência e o da inutilidade (Carreteiro, 2004).

1 Professora titular da Universidade Federal Fluminense. Membro do Espaço Brasileiro de Psicanálise. Endereço eletrônico: tecar2@uol.com.br

No primeiro, destaca-se a idéia de triunfo, de excelência, de qualidade total, engendrando o imaginário da perfeição e da superação de si próprio (Erenberg, 1998). Neste cenário, destacam-se os valores de inserção, de carreira, de poder e de qualificação social. Por outro lado, têm surgido novas formas de exclusão, produzindo o imaginário da inutilidade, que acenam aos valores de fracasso, de falta de inserção e desqualificação. Os indivíduos que vivem sob a égide deste imaginário participam ou de uma zona franjal de inclusão social ou se situam totalmente à margem da mesma. Castel (1987), no livro *Metamorfoses da Questão Social*, estudando os indivíduos que sofrem formas extremas de vulnerabilidade do laço social, designou estes indivíduos de “inúteis no mundo” ou “extra-numerários”. O autor destaca que não há mais, para essas pessoas, zonas de inclusão social que sejam portadoras de sentido ou que lhes favoreçam um sentimento de pertencimento na organização social. Para estes indivíduos as formas de sociabilidade são pautadas na instabilidade, ou seja, nas “sociabilidades flutuantes”.

Podemos dizer que os dois imaginários são figuras emblemáticas da contemporaneidade. Eles fazem surgir fortes angústias, geradas pela instabilidade presente em ambos, mesmo que elas se apresentem de forma bastante diferenciada. O reforço da qualidade, para aqueles que participam da lógica da excelência, implica a definição do lugar ocupado pelo sujeito na sociedade que pode, a qualquer momento, ser perdido, uma vez que a lógica vigente de superação de si próprio, ao ser priorizada, cria, em sua sombra, a figura da instabilidade, fruto da “cultura da aleatoriedade” (Castel, 1996). Disto se deduz que os dois imaginários estão presentes no conjunto da sociedade, funcionando de modo associado.

Produção de sofrimentos sociais

As questões enunciadas acima podem ser mais bem entendidas a partir da análise empreendida por Gaulejac e Taboada (1993). Os autores fazem uma distinção entre as sociedades modernas e as pós-modernas. Nas modernas, a figura emblemática é a de “classe social”; nas pós-modernas, há um

desgaste das ideologias que sustentam a posição de classe e as práticas sociais e econômicas vão enfatizar o “lugar social”. Opera-se, então, uma transformação no modo de funcionamento da sociedade e sublinha-se o valor do sujeito individual em detrimento do coletivo. Há, então, um deslizamento da “classe à *la place*” (da classe social ao status social, ou posição social) e a exacerbação de um modelo que reforça o individualismo e as posições sociais ocupadas.

Pode-se aproximar estas idéias das de R. Castel. Este autor (Castel, 2001) analisa duas formas contemporâneas de ser indivíduo: o “indivíduo por falta” e o “indivíduo por excesso”. Os que compõem a primeira categoria têm poucos suportes objetivos, havendo uma diminuição das chances de desenvolverem “estratégias individuais e de terem, a partir deles próprios, margens de manobra” (p. 121). Para eles, ser um indivíduo nem sempre é conotado positivamente. Empregando-se um conceito do próprio autor, pode-se dizer que estes indivíduos experimentam um processo de desfiliação social². Ao contrário, os “indivíduos por excesso” são os que têm suportes objetivos suficientes, o que lhes permite desenvolver estratégias, sem ter de recorrer à dependência.

Aqueles que vivenciam o peso social da posição de “indivíduos por falta” têm mais possibilidades de experimentar o *sofrimento social*, que deixa marcas psíquicas com pouca ou nenhuma visibilidade social, assim o pensamos.

Neste ponto, nossa análise se volta a certas dimensões do sofrimento social (humilhação, vergonha, falta de reconhecimento) vivido por categorias subalternizadas e aos efeitos produzidos na dimensão comunitária, social e grupal. A hipótese desenvolvida é a de que este sofrimento não tem visibi-

2 Castel, referindo-se à sociedade atual, analisa a fragilização do Estado Providência. A degradação da propriedade social mostra como vai ocorrendo uma mudança da posição dos indivíduos por excesso para a dos indivíduos que experienciam a posição de falta. Referindo-se aos suportes que estruturam a economia psíquica do indivíduo atual, o autor sugere que se deveria poder analisá-los em articulação com os suportes que fornecem ao indivíduo sua consistência ou com aqueles cuja ausência pode fazê-lo escorregar no vazio (Castel, 2001, p. 160).

lidade; ele se inscreve no interior das subjetividades sem, no entanto, ser compartilhado coletivamente.

Alguns autores propõem o estudo da exclusão a partir da afetividade (Gaulejac & Taboada, 1993; Sawaia, 1999). Sawaia qualifica como sofrimento ético-político aquele que é oriundo da dor das injustiças sociais. Todos os sujeitos sociais estão expostos a sentimentos forjados no confronto com injustiças. No entanto, são os integrantes de categorias mais subalternizadas os que vivenciam, de forma acentuada, situações que lhes desvalorizam, humilham, fazendo-os sentirem-se envergonhados. Eles participam de dinâmicas sociais que lhes depreciam e invalidam a importância dos seus códigos sociais e culturais, desqualificando as experiências vividas. Tais lógicas não almejam somente, através da violência real e simbólica, submeter os corpos, buscando criar indivíduos dóceis (como analisa Foucault (1991), ao estudar a sociedade disciplinar) ou indivíduos diferentes do que são. Estas lógicas se apropriam do mais profundo das subjetividades, pretendendo fazer com que os sujeitos se simbolizem como inadequados, como “normais inúteis” à sociedade, como diz Donzelot (1991) ou como “segregados sociais”, como assinala Wacquant (2001).

As lógicas de invalidação e de depreciação ocorrem, em grande parte das vezes, em cenas públicas. As pessoas se sentem desvalorizadas e diminuídas e, raramente, compartilham tais sentimentos. Se, por um lado, a expressão destes sentimentos sofre uma censura do próprio sujeito, por outro, a sociedade dispõe de poucos suportes para auxiliar a expressão dos mesmos. Os afetos, frutos do processo de exclusão, são relegados a passar por um processo que pretende apagá-los, anulá-los, enfim, torná-los inaudíveis. A esse processo de silenciamento dos afetos, dos quais participam as instituições e os sujeitos individuais e grupais, denominamos lógica da invisibilidade do sofrimento.

Os indivíduos que compõem o imaginário da inutilidade não encontram uma inscrição positivada nos grandes projetos institucionais (educação, escola, saúde, trabalho). As inscrições oferecidas pelas instituições marcam-lhes de forma negativa, estabilizando lugares sociais considerados inúteis.

Buscaremos analisar estas questões pela via do narcisismo. Para Aulagnier (1978), o *contrato narcísico* permite pensar as lógicas estabelecidas entre o sujeito e o conjunto social. O investimento narcísico só é possível se a trama social da qual os sujeitos participam puder lhes investir narcisicamente. Este processo confere ao sujeito um lugar de portador de continuidade no conjunto social. O reconhecimento social, em sua vertente positiva, é, portanto, portador de narcisismo.

O que pode acontecer quando o contrato narcísico não é sustentado positivamente pelas instituições, mas, ao contrário, é constantemente atacado? São produzidas marcas no psiquismo individual e grupal que contribuem para a formação de um déficit narcísico. Este é forjado gradativamente através de ataques cumulativos.³ O acúmulo do reconhecimento pautado na negatividade vai romper ou esgarçar o contrato narcísico. Tal processo terá desdobramentos subjetivos e sociais. Em outro trabalho analisamos um modo de inserção institucional que qualificamos “doença como projeto”. Aqui, a “doença” passa a ter valor de capital e se constitui como um dos únicos aportes que favorece um reconhecimento das instituições de seguridade (1993), permitindo aos sujeitos ditos “doentes” beneficiarem-se minimamente de direitos. Eles passam a ter direito a diversos seguros sociais (doença, invalidez).

No presente texto gostaríamos de enfocar uma outra consequência do déficit narcísico: *a lógica da virilidade*. Esta tem na violência um de seus principais instrumentos. A virilidade se expressa pela violência simbólica ou real que se é capaz de impor ao outro (Déjours, 1997, p. 100). A possibilidade de se cometer violência é uma construção social sustentada individual e grupalmente. O exercício da virilidade se rebela contra qualquer tipo de humilhação, desonra ou não reconhecimento. Os indivíduos movidos por esta lógica buscam construir atos considerados heróicos. Eles se mostram destemidos, corajosos e almejam ser reconhecidos como tal.

3 Em referência ao que Ruiz Correa (2000) denomina traumatismos cumulativos.

A lógica da virilidade perpassa todos os espaços sociais⁴, não obstante ela se faça mais dramática em certos territórios sociais. Assim, quando os sujeitos sofrem constantes ataques às suas posições de cidadãos, a virilidade pode se fazer mais pregnante. Ela restaura (ainda que este mecanismo seja defensivo) uma imagem narcísica ultrajada. Contudo, procedimentos de ação ficam enrijecidos.

O exercício da lógica da virilidade leva os sujeitos a estarem sempre atentos a situações que lhes possibilitem exercer atitudes de coragem e força física. O olhar do outro tem aqui um papel preponderante; ele pode desencadear algumas reações consideradas viris. Em situações de extrema dramaticidade pode-se espancar ou desafiar alguém quando seu olhar é sentido como invalidante. Os sujeitos não suportam ser alvo de um olhar que qualificam como contendo desprezo e se sentem compelidos a reagir. É a exacerbação do fenômeno descrito por Freud (1971) como “narcisismo das pequenas diferenças”.

As reações à vivência de invalidação objetivam recompor uma imagem narcísica e obter o respeito do grupo onde se exerce o ato viril.

Quando os suportes institucionais são muito fragilizados, o corpo aparece como o único bem que as pessoas sentem possuir (Carreiro, 1993; Castel, 1995). O corpo se constitui suporte contra as violências invalidantes que atacam o narcisismo. O simbolismo do “corpo viril” torna-se um modo de produzir respostas às injustiças sociais. A violência representa uma forma de linguagem e o corpo se apresenta como *metáfora da subjetividade* (Carreiro, 2000). O corpo torna-se o capital derradeiro e, nesta perspectiva, tem pouca possibilidade de contribuir na construção de sentidos (Kaës, 2000), ou

4 Dèjours (1998) faz uma análise da sua presença nas empresas, nas relações de trabalho. O mesmo pode ser observado em algumas brigas em boates cariocas. A imprensa tem denominado de “pitboys” alguns rapazes de categorias social média ou alta que evitam qualquer tipo de diálogo, quando confrontados com um problema qualquer, quando estão em grupo e em ambientes festivos. Eles têm a briga como resposta estandardizada. Esta constitui-se uma forma de resolver, ou melhor, de atacar os conflitos (ver jornal *O Globo*, de 22-5-04). Nestes contextos, torna-se importante que eles se mostrem viris pela vertente da violência.

melhor, estar apto a reconhecer vários sentidos em suas ações. O corpo se opõe a qualquer tipo de docilidade, ele está sempre pronto para entrar em ação; torna-se um corpo em estado de alerta. Em síntese, uma “subjetividade alerta” deve saber correr riscos, expor-se aos perigos e impor ou expor sua potência. Neste contexto, poder brigar é um modo de buscar uma afirmação no grupo social: “Ganha-se prestígio brigando”, afirma uma menina de 12 anos.

O tráfico de drogas, muitas vezes, pode se apresentar como um modelo sedutor para os indivíduos fortemente marcados por processos de “desfiliações sociais”. A análise do tráfico é extremamente complexa, mas não podemos fazer economia do déficit narcísico de muitos indivíduos que dele participam. Isto significa afirmar que a questão não deve se reduzir, apenas, ao lado econômico, mas também à economia psíquica.

A lógica do tráfico de drogas se constrói sobre um modelo que intensifica a virilidade, a força física, o poder das armas. Os grandes traficantes surgem como poderosas figuras de identificação – eles secretam prestígio, respeito e dinheiro. Estes três signos consolidam poder e reconhecimento. Recentemente, ouvimos de alguns adolescentes os seguintes comentários sobre Fernandinho Beira-Mar: “O cara impõe moral” e “O homem é cheio de poder, mesmo preso manda em tudo”. Sabemos que estes fatos são compartilhados por grande parte da população. Mas no contexto em que eles foram escutados, é reforçada a idéia de uma identificação heróica.

Analizamos, a seguir, as defesas forjadas face à lógica da virilidade. O reforço desta lógica invalida qualquer expressão de sentimentos vinculados à humilhação e à vergonha. E estes mesmos sentimentos são utilizados para manter os valores grupais. A construção de defesas coletivas⁵ impede a visibilidade dos afetos que não reforcem a virilidade. Qualquer membro do grupo que se mostre fragilizado é hostilizado e se torna objeto de ataques dos companheiros. Ele deve sentir-se humilhado por ter apresentado medo, vergo-

5 Estamos empregando a denominação defesa coletiva próxima às análises feitas por Déjours (1980).

nha ou outro sentimento. A expressão destes sentimentos o distancia dos valores grupais de reforço a atitudes de coragem e de convivência com o perigo.

Já afirmamos que a lógica viril não está unicamente presente em categorias sociais subalternizadas. No entanto, as instituições sociais, participando de processos de invalidação de certos grupos ou reconhecendo minimamente a alteridade daqueles que o compõem, podem projetá-los para modelos que exacerbem tais lógicas. As sociedades contemporâneas têm generalizado formas de indiferença. Os outros, como diz Enriquez (1989), “tornam-se unicamente imagens, perdem sua humanidade”. Trata-se do triunfo da racionalidade instrumental.

No contexto brasileiro tolera-se facilmente que os indivíduos sejam apagados, não importando o sentido atribuído a esta metáfora, seja afastar do campo visual a imagem de um indivíduo, desligar a televisão ou matar brutalmente alguém de categoria social baixa. A eliminação e o combate vão gradativamente ganhando sustentação na sociedade. Eles recebem significações imaginárias fortes – o que contribui para a banalização crescente da violência.

Nós nos deteremos doravante em falas de vários adolescentes que nos parecem bons analisadores do que estamos estudando. Elas ocorreram no âmbito de um dispositivo de trabalho grupal denominado “oficina da conversa”⁶, que ocorre em uma grande “favela” do Rio de Janeiro. Pela análise das narrativas, poderão ser identificadas duas grandes categorias de situações de humilhação:

- *Explícitas*: há intimidação ou violência contra o corpo do outro. Arendt (1969) reserva a noção de violência, quando há um embate corpo a corpo, que visa a submeter o outro, por meio da força física.

As violências explícitas são constituídas por situações que, como sabemos, povoam o cotidiano de populações que moram em localidades con-

6 Atividade de grupo ocorrida no projeto subvencionado pelo CNPq, “Drogas e Complexidade”. Os jovens expunham idéias, sentimentos e dificuldades sobre suas inserções no contexto em que vivem. Este dispositivo compõe um eixo da pesquisa-intervenção do projeto acima citado.

sideradas “perigosas”. Neste horizonte social as táticas humilhantes se integram à rotina de algumas instituições, como a polícia. As pessoas são constantemente revistadas, visto que são consideradas “suspeitas” de exercerem atividades ilegais. A ameaça e a intimidação são bastante presentes. Os indivíduos são vistos como potencialmente perigosos e devem ser ameaçados, pela lógica repressiva.

Alguns adolescentes contam que se sentem muito indefesos ao verem seus pais serem submetidos a atos de ameaça e mesmo de tortura. O relato destas situações é acompanhado de um sentimento de ódio, seguido, muitas vezes, da construção de um projeto de vingança. Este não é unicamente expresso por homens; ele é também enunciado por adolescentes do sexo feminino. Uma menina de doze anos afirma: “*Meu sonho é poder matar policiais*” e um menino da mesma idade diz: “*quando eu ficar grande quero ser bandido, para vingar a morte de meu pai*”. Estas falas testemunham uma ausência de suportes institucionais que possam ser identificados à justiça. Só resta aos sujeitos se lançarem à vingança, através da lógica viril. Os projetos de vida, vislumbrados por muitos jovens, encontram a violência como única possibilidade de resposta às injustiças e às repressões sociais. Eles se apóiam em uma “identificação com o agressor” dos progenitores. A humilhação vivida pelos pais e presenciada pelos filhos torna-se um sentimento insuportável. Ela se constrói como motor de projetos reparadores. A vingança se ergue como única resposta à repressão institucional.

- *Humilhações Implícitas*: estas são mais sutis, deixam traços, sem marcar o corpo. Elas também corroem as subjetividades, produzindo um déficit narcísico. Citamos, aqui, dois fatos exemplares ocorridos em um mesmo dia. A equipe de pesquisa-ação que coordeno na localidade citada acima, acompanhou um grupo de jovens a uma exposição sobre o Surrealismo, no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil). Após a exposição, os jovens participaram de uma oficina cujo objetivo era construir um objeto surrealista. Os jovens mostravam-se um pouco eufóricos (ou melhor, contentes pela novidade da experiência) e foram, então, repreendidos pela coordenadora da atividade que lhes indagou de onde vinham. Ao saber da localidade onde moravam, ela disse: “*Ah, então é por isto*”. Aquela fala selava um estigma

àquele grupo; é como se ela os remetesse a um lugar marcado pela negatividade, o de “condenados da cidade” (Wacquant, 2001). Os integrantes do grupo passavam, mais uma vez, a ter marcas pejorativas coladas a seus corpos (Goffman, 1975). Agora eles eram vistos como tendo um lugar de pertencimento. O olhar de *expertise* remetia-lhes a uma identidade que os aprisionava como “inadequados”. Aquele olhar não era novo em suas vivências, era igual a tantos outros que já haviam vivenciado, quando estavam em situações onde era contrastante a diferença social com outros indivíduos.

No mesmo dia outra situação já havia ocorrido, no metrô. O conjunto daqueles jovens só poderia viajar sendo vigiado. Foi assim que os seguranças do metrô preveniram a estação de destino do grupo, sobre o trajeto que eles estavam fazendo. Chegando ao destino uma nova guarda já os esperava. Tais fatos mostram a presença constante de lógicas de vigilância voltadas para determinados grupos sociais. Elas estão sempre aptas a captarem os possíveis “desvios implícitos” que podem ser explicitados. As pessoas são espreitadas. Segundo a lógica do olhar disciplinador, elas podem passar de “suspeitas a perigosas”, ameaçando a suposta ordem pública. É neste sentido que afirmamos: o reconhecimento dos sujeitos sendo feito dentro da categoria de suspeito é um reconhecimento que os invalida e os humilha.

São significativos alguns conteúdos pragmáticos propostos em cursos de capacitação profissional⁷. Há um módulo denominado “mundo do trabalho”. Esta atividade consiste no aprendizado de modos de se comportar no trabalho: aprende-se a falar, a atender telefone, a enviar fax, a se vestir, a andar corretamente etc. Trata-se de um ritual de passagem onde são ensinados códigos culturais considerados aceitos e valorizados. Este ritual desqualifica os códigos aprendidos no universo cultural de origem dos sujeitos. Buscando aparentemente trabalhar contra a estigmatização, ensinando modos de conduta mais apreciados socialmente, reforça a estigmatização, pois invalida os aprendizados que os sujeitos tinham até então. É como se as marcas identificatórias que garantem os laços sociais (Fernandes, 2003), construídas primordialmente a partir do pertencimento a um horizonte social, devessem

7 Proposta pela “Organização Padre Severino”.

ser apagadas ou transformadas. Estes cursos seduzem, pois trazem a esperança (ou o logro) de um destino social valorizado.

As questões aqui mencionadas devem ser mais bem analisadas. Não haveria um amálgama entre ascender a uma posição profissional um pouco valorizada e dever abandonar ou transformar valores e condutas sociais que, em última análise, menosprezaria a própria história de vida? Bosi (2003, p. 69) afirma: “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu”. Como os que são banidos (ou quase banidos) da cidade ou que são humilhados, desqualificados podem sentir legitimidade para transformar a cidade? Como podem habitar a cidade, circular por seus espaços, sem se sentirem ameaçados por serem indesejados, ou por serem simplesmente tolerados? Proscriver as pessoas da cidade ou de partes da cidade, não seria uma forma de construção de vergonha?

Na origem dos processos sociais de vergonha (Gaulejac, 1996) encontramos a violência, seja ela física ou simbólica. Estas engendram um processo de invalidação da própria pessoa, de seus grupos de pertença, da família, do grupo de pares ou da categoria social. O que estes processos têm em comum é que são sempre construídos em uma cena social. Daí podermos nos referir à construção do sofrimento social.

A vergonha acena para uma situação de superioridade social, de dominação e de poder, por parte daquele que submete e, de interiorização, por parte do que se vê submetido. A vergonha objetiva barrar a reação de quem a vivencia. Há sempre um custo psíquico importante quando a resposta é impossibilitada de ocorrer.

Nossa análise nos leva a destacar dois modos mais frequentes de lidar com a vergonha:

a) *reativo* - levando à construção dos processos de revolta (Zaluar, 1985). Neste ponto podemos entender o que denominamos lógica da virilidade. Esta lógica, como referimos acima, constitui um modo de restaurar uma imagem narcísica ferida.

b) *silenciado* - nesta forma não há reação explícita. O sentimento de invalidação é interiorizado e o sujeito se resigna à vergonha sentida, reproduzindo e transmitindo sua própria invalidação social. Neste caso a vergonha gera um sentimento de depreciação. É assim que muitas instituições ensinam a aprendizagem da submissão, seja por palavras ou por suas próprias ações.

Formas de intervenções possíveis

A superação destes modos, quase congelados, de lidar com a vergonha e com a humilhação requer a construção de estruturas mediadoras que operem criando mecanismos de distanciamento (*dégagement*) que não os reforcem, mas que trabalhem com os afetos recalcados ou reprimidos que estão na base das defesas coletivas. Duas noções nos ajudam a pensar em formas de intervenções: a confiança e o intermediário, elaborados por Kaës e Winnicott. Para estes autores a confiança se baseia na fiabilidade que se estrutura na experiência do espaço potencial ao longo da construção subjetiva; “entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo, a sociedade e o mundo” (Winnicott, citado por Kaës, p. 27). O espaço potencial se aproxima do conceito de intermediário, elaborado por René Kaës. O autor atribui várias significações à noção de intermediário (1990, p. 13). Citaremos apenas as que nos ajudam a pensar a questão abordada. O intermediário é uma instância de comunicação que une dois termos que estão separados e, ao mesmo tempo, mantém a separação. Ele é a instância de articulação da diferença, e produz uma simbolização. O intermediário permite o trabalho psíquico e traz modificações na realidade (Fernandes, 2003).

A falha na confiança restringe a capacidade de viver criativamente. Há uma diminuição no desejo de experimentar. Pode-se pensar que é neste contexto que surgem formas estandardizadas de estar no mundo, frutos de defesas. Ora, como poder trabalhar na desconstrução de atitudes congeladas? Aqui é importante pensar na construção de espaços intermediários que restaurem o sentimento de confiança, onde os sujeitos não se sintam fazendo parte de uma massa de desqualificados, mas acolhidos em suas singularida-

des. É necessário poder criar ou transformar estruturas sociais, sensibilizando-as a respeitarem a autonomia dos grupos sociais. Há organizações, governamentais ou não, que não reforçam, nas suas práticas, a virilidade ou o silêncio. Ao contrário, elas têm uma escuta e um olhar atentos aos sujeitos e os reconhecem positivamente. Elas estão aptas a experimentar desvios criativos, através de estruturas mediadoras e encontrar, juntamente com os coletivos, novas *práxis* expressivas. Estas organizações trabalham no lugar de mediação, construindo novas simbolizações dos sofrimentos sociais. Elas permitem novas experiências e acreditam na potencialidade dos sujeitos.

Os grupos voltados para as atividades artísticas encontram, aqui, um lugar de destaque. Eles são objetos mediadores, permitindo a construção de um pensamento crítico ao invés de um sentimento banido. É neste sentido que formas musicais, como os *Raps* (Diógenes, 1998), ao mesmo tempo em que são “objetos de ataque” contra as humilhações e vergonhas sofridas, permitem que os sujeitos saiam da posição de humilhados e envergonhados e criem uma produção social valorizada. O teatro, a pintura e a escultura têm também este potencial. Todas as modalidades artísticas contribuem para que o sujeito se descole das marcas que lhes prendem na pele, estigmas, podendo ressignificar seus lugares no mundo.

Lançando desafios

Apesar do elogio à criação, devemos estar atentos para não aprisionar certos indivíduos em um novo papel social: de atleta e/ou de artista. Os projetos culturais têm, como dissemos, um lugar de destaque, mas eles não podem ser a única forma de exercício da cidadania. Ela não pode se esgotar em projetos culturais. Uma cidadania plena deve poder incluí-los, mas deve, igualmente, poder ir além.

Os psicólogos sociais, os psicossociólogos, os sociólogos clínicos e os psicanalistas sensíveis às dimensões clínicas do sofrimento social, devem contribuir na construção de ações que potencializem os sujeitos no mundo, o que significa, como nos diz Bader Sawaia, atuar ao mesmo tempo na confi-

guração da ação, do significado e da emoção, tanto na esfera coletiva, quanto individual. Este é um desafio que nos lançamos em nossas construções prático-teóricas.

Neste desafio é importante colocar outros saberes tais como a história, a arte, a ciência política, a arquitetura, a economia e também atores que têm um saber não adquirido pela academia. Por fim, é importante ressaltar aos gestores de políticas públicas que quaisquer que sejam as dimensões políticas propostas, elas estarão sempre lidando com sujeitos. Elas devem saber qualificar (sem humilhar ou se apoiar em métodos geradores de vergonha) e preservar a memória social e individual. É importante que as políticas públicas recusem proposições estandarizadas e apostem em uma ética da diferença. Em síntese, torna-se urgente acompanhar qualquer política pública de uma visão clínica, de uma sensibilidade à experiência do outro, seja ele um sujeito individual ou coletivo.

Carreiro, T. C. (2003). Social suffering in debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.

Abstract: In this article, some dimensions of social suffering (humiliation, shame, lack of acknowledgment) are analyzed as well as their effects in adolescents from subaltern social classes. This is examined in three different contexts: social, groups and community. The hypothesis underlined is that social suffering lacks visibility: it takes place inside subjectivities without being shared collectively. The last part of the paper is dedicated to analyzing possible forms of institutional and organizational intervention aiming at generating practices that focus symbolic violence, which causes feelings that disqualify the subjects.

Index terms: Humiliation. Adolescence. Visibility. Violence.

Carreiro, T. C. (2003). Souffrances sociales en débat. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.

Sofrimentos Sociais em Debate

Résumé: Dans ce texte on analyse quelques dimensions de la souffrance sociale (humiliation, honte, manque de reconnaissance) vécue par des adolescents des classes défavorisées et les effets engendrés dans les contextes communautaires, de groupes et social. L'hypothèse développée est que la souffrance sociale n'a pas de visibilité : elle s'inscrit à l'intérieur des subjectivités sans être partagée collectivement. En dernière partie on analyse les formes possibles d'intervention auprès des institutions et des organisations pour créer des enquêtes agissant sur les violences symboliques, créatrice de sentiments qui disqualifient les sujets.

Mots-clés : Humiliation. Adolescence. Visibilité. Violence.

Referências

- Arendt, H. (1969). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Aulagnier, P. (1978). *La violence de l'interprétation*. Paris: PUF.
- Aubert, N., & Gaulejac, V. (1991). *Le coût de l'excellence*. Paris: Seuil.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade, a busca de segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: JZE.
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Carretero, T. C. (1993). *Exclusion sociale et construction de l'identité*. Paris: L'Harmattan.
- Carretero, T. C. (1999). Doença como projeto. In B. Sawaia (Org), *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carretero, T. C. (2000). Quands le corps rencontre l'argent. In V. Guienne & J. P. Bouilloud. Paris: ESKA.
- Carretero, T. C. (2003). Le corps surinvesti: Pathologie narcissique contemporaine. In 7 *Actes du Colloque L'individu hyper moderne, ESCP- Université Paris* (Vol. 2, pp. 213-222). Paris: Laboratoire de Changement Social.
- Carretero, T. C. (2004). La violence faite a un indien: Symptôme de la société brésilienne. In *Revue du Laboratoire de Changement Social* (pp. 101-108). Paris: Harmattan.
- Castel, R. (1987). *La metamorphose de la question sociale*. Paris: Fayard. Em português: *Metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Castel, R. (1996). Les marginaux dans l'histoire. In S. Paugan (Org.), *L'exclusion l'état de savoir*. Paris: Decouvertes.

Teresa Cristina Carreteiro

- Castel, R., & Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi*. Paris: Fayard.
- Diógenes, G. (1998). *Cartografias da cultura e da violência*. Fortaleza: Annablume.
- Dejours, C. (1980). *Travail: Usure mentale*. Paris: Centurion. Em português: *A loucura do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- Dejours, C. (1998). *Souffrance em France*. Paris: Seuil.
- Donzelot, J. (1991). *Face à l'exclusion*. Paris: ESPRIT.
- Enriquez, E. (1989). *L'institution et les institutions*. Paris: Dunod.
- Erenberg, A. (1998). *La fatigue d' être soi*. Paris: Odile Jacob.
- Fernandes, M. I. A. (2003). *Mestiçagem e ideologia*. Tese de Livre Docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Foucault, M. (1991). *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freud, S. (1971). *Malaise dans la civilisation*. Paris: PUF.
- Gaulejac, V. (1996). *Les sources de la Honte*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Gaulejac, V., & Taboada, I. (1993). *La lutte des places*. Paris: Hommes et Perspectives.
- Goffman, E. (1975). *Stigmate*. Paris: Minuit.
- Kaës, R. (Org.). (1979). *Crise, rupture et dépassement*. Paris: Dunod.
- Kaës, R. (1987). *L'institution et les institutions*. Paris: Dunod. Em português: *A instituição e as instituições* (J. Pereira Neto, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.
- Kaës, R. (2000). Um pacto de resistência intergeracional ao luto. In P. Benghozi & O. Ruiz Correa (Orgs.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.
- Morin, E. (1990). *Introduction à la pensée complexe*. Paris: ESF.
- Ruiz Correa, O. (2000). Eclosão dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In P. Benghozi & O. Ruiz Correa (Orgs.), *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta.
- Sawaia, B. (1999). Identidade – Uma ideologia separatista. In Sawaia, B. (Org), *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Wacquant, L. (2001). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan.
- Zaluar, A. (1985). *A máquina e a revolta*. Rio de Janeiro: Brasiliense.

Recebido em 11.02.2004
Aceito em 15.04.2004